



Anais da Assembléia

Nº 109

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE SETEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Dulfio Genari; **PFL** - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT** - 07: Algaci Osmário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB** - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB** - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Seryo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT** - 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL** - 01: José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA
ATA DA 84.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1994
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Geraldo Cartário, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Anibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caio Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, João Preis, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Renato Adur e Toti Colaço (36). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Basílio Zanusso, Ademar Traiano, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Durval Amaral, Elio Rusch, Heinz Herwig, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Nelson Justus, Nilton Servo, Plauto Miró Guimarães, Severino Félix e Valdir Rossoni (16). Em licença o Sr. Deputado Cezar Silvestri e a Sra. Deputada Emilia Belinati (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

Curitiba, 31 de agosto de 1994.

694/94- G.P.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de me dirigir a essa Augusta Assembléia Legislativa para encaminhar à devida apreciação o incluso Anteprojeto de Lei que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de função gratificada dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como sobre os salários do pes-

soal temporário, regido pela C.L.T., a partir de 1º de setembro de 1994, conforme tabelas que constituem os Anexos I e II.

Na certeza de que a presente proposição merecerá dessa Colenda Casa de Leis o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência a segurança do meu profundo respeito.

Sala das Sessões, em 13.09.94.

(a) DES. RONALD ACCIOLY RODRIGUES DA COSTA
Presidente

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2164

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 177 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 308/94, Mens. nº 103/94, de autoria do Poder Executivo, item 05 (cinco), constante na Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 13.09.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 2153

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER inversão da Ordem do Dia de hoje, 13 de setembro de 1994.

Sala das Sessões, em 13.09.94

(a) PAULO MAIA

REQUERIMENTO Nº 2154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada dos Projetos de Lei nºs 316, 317, 318 e 320/94, itens 06, 07, 08 e 10, constantes na Ordem do Dia de hoje por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 13.09.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO Nº 2151

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.ª DISCUSSÃO, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 13.09.94

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2152

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa do interstício para a realização de Sessão Plenária Extraordinária, para a apreciação de matérias no dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.09.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 2145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a constituição de Comissão Geral de Plenário para a Ordem do Dia de amanhã.

Sala das Sessões, em 13.09.94

(a) RENATO ADUR

Apoiamento: Élio Rusch, Heinz Herwig e Paulo Maia.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 327/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - O Art. 2° da Lei n° 9.141 de 07 de dezembro de 1989 passa a ter a seguinte redação:

- Do imóvel objeto da doação de que trata o art. 1° da Lei n° 9.141 de 07.12.89, a área de 105.606,00m², designada por Lote-A remanescente, fica gravada com a cláusula de inalienabilidade, que deverá constar do respectivo título e cuja destinação será mantida em favor do interesse geral voltado ao turismo e ao lazer não recaindo tais restrições à área de 46.965,00m² designada por Lote-B.

Art. 2° - O Art. 3° da Lei n° 9.141 de 07 de dezembro de 1989 passa a ter a seguinte redação:

- No caso de utilização diversa dada à área de 105.606,00m² designada por Lote-A remanescente, e constante do art. anterior, o imóvel reverterá ao patrimônio do Estado.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.94

(a) SEVERINO FÉLIX

JUSTIFICATIVA:

O Município de Primeiro de Maio, recebeu através da doação autorizada pela Lei

n° 9.141 de 07 de dezembro de 1989, uma área de terras, constituída de um imóvel urbano medindo 152.571,09m², ou seja, 15.2571ha, destinada ao turismo e ao lazer. Porém para que se cumpra sua destinação, necessário se faz, a instalação de infraestrutura atrativa da população, precisamente hotéis e diversões apropriadas, incentivando o turismo, conseqüentemente aumenta a receita do município, como também a criação de novos empregos, desde sua implantação: até o final com geração de mão-de-obra efetiva. Assim, pede o desmembramento de uma área de 46.965,00m², onde após ter atendido as formalidades legais de licitação e demais aplicáveis à espécie, toda infraestrutura apropriada ao lazer. Considerando a relevância da medida proposta encarecemos o devido apoio dos nobres pares.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Cartário) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados, há dias passados, nós entregamos à Mesa diretiva desta Casa, um pedido pelo qual, transcrito em um requerimento, um pedido de informações ao governo do Estado do Paraná, mais precisamente à área atinente àquele requerido no que concerne ao Programa Nosso, programa esse que veio de encontro com os anseios da família paranaense, principalmente da nossa região que representamos e mais especificamente, da nossa querida Ponta Grossa. Lá, milhares de ponta-grossenses e paranaenses acreditaram no governo, investiram no programa e desenvolveram suas atividades. Qual foi a surpresa desse Estado, da minha cidade, de que o Programa Nosso, por ordem superior do governo do Estado do Paraná foi suspenso, coisa que realmente não veio de encontro àquela palavra empenhada do ex-governador e temos a certeza de que o atual governador do Estado haverá de dar as razões pelas quais esse Programa deve ter a sua continuação até aqueles homens que investiram, que tiveram as suas economias direcionadas, os seus empréstimos feitos para que o Programa realmente tivesse sucesso. Foram milhares de famílias neste Paraná que acreditaram no governo e investiram no Programa para ter o seu retorno assegurado para o seu sustento e para o sucesso das suas pequenas e médias empresas. Surpresa nossa ontem, Senhor Presidente, quando o líder em exercício deste Plenário, pediu a discussão daquilo que é mais fundamental, aquilo que realmente é de interesse a esse parlamento, quando pediu para que saísse da Ordem do Dia aquele nosso requerimento, como se fosse ele da nossa autoria ou da auto-

ria de quem apóia Jaime Lerner nesta Casa.

O requerimento é do Paraná. O requerimento é de milhares de famílias paranaenses que acreditam no governo que aí se encontra e não tiveram o respaldo necessário da palavra empenhada quando do lançamento daquele programa. Em contrapartida, Senhor Presidente, Senhores Deputados, secretariando a Casa em uma das Sessões passadas, tivemos em nossas mãos, um documento que xerocopiámos, documentos sob nº 102/94, do Senhor Governador do Estado, de um anteprojeto de lei na ordem de 7 milhões, 793 mil, 827 reais. Pasmem, Senhores Deputados e comitê de imprensa aqui presente e senhores visitantes, arrecadação essa, feita pelo Instituto de Previdência do Estado, pelo IPE, onde menciona S.Exa. o governador, o excesso de arrecadação daquele órgão. A vergonha do Paraná na assistência aos seus funcionários, aos professores, aos servidores, a todos os que procuram o IPE. Lá em Ponta Grossa é uma vergonha o IPE. A região dos Campos Gerais é desassistida de tudo. A farmácia do IPE é uma brincadeira e agora venho a esta Casa, e tenho a certeza que os senhores não haverão de dar respaldo a esta sangria do IPE.

Se os funcionários do Estado já não têm a sua saúde, complementada por um salário digno, - na sua enfermidade, quando procura aquele Instituto falam que não existe verba para a compra e aquisição de remédio. Aqui está a prova de alguma coisa estar errada no atual Governo do Estado.

Respeitamos S.Exa. o Governador Mário Pereira, mas acredito que a sua assessoria, deve haver pecado na Mensagem enviada a esta Casa aonde o IPE, realmente doente, com uma saúde que não tem para si próprio, não transmite aos servidores aquela assistência devida. Vem aqui com excesso de arrecadação para ser transferida para outra parte da administração do Estado.

Acredito que é uma vergonha isso aí, Sr. Presidente e Srs. Deputados! Não podemos de maneira e forma alguma aprovar este requerimento. Tenho a certeza que o Governador assinando isso não teve o cuidado necessário de perguntar a seus auxiliares como anda a assistência aos professores do Paraná, como anda a assistência aos servidores públicos do Paraná por parte do IPE.

Eu tenho certeza Sr. Presidente e Srs. Deputados, que o Líder do Governo - José Tavares, haverá de dar aqui uma satisfação pública e, acima de tudo, pedir a retirada dessa Mensagem, a sua devolução ao Palácio e que, com esse dinheiro, dêem saúde ao IPE, dêem assistência aos funcionários do Estado dando mais condições para estes que pagam e pouco recebem desse Instituto que nada tem oferecido nos últimos anos aos servidores do Paraná.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós

temos em nossas mãos aquilo que realmente falta ao Paraná, que é a opção da virada. A opção daquilo que realmente vai dar saúde, não só aos funcionários, mas...

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Deputado Zuk, o senhor continua falando no horário da Liderança do PDT.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Agradeço ao Deputado Paulo Maia pela deferência. Essa é uma matéria de interesse da família paranaense.

Acredito e como eu dizia: não é PMDB, PL, PDT, PT, não é PSDB ou qualquer sigla partidária que se assenta neste plenário ou mesmo que aqui não se encontra representado, é a família do Paraná. São as crianças, são os policiais militares, é a polícia civil que não encontra o alcance necessário para o seu atendimento.

Recentemente lá em Ponta Grossa, um policial militar que recebe 163 reais líquidos por mês, tinha um filho que precisava de uma tomografia, foi necessário a mão amiga dos seus companheiros de farda e deste Deputado que vos fala para pagar a tomografia. Se agora temos um excesso de arrecadação aonde procura assistência médica, assistência hospitalar, assistência de remédio e não encontra. Vem esta vergonha aqui a esta Casa, pedindo para tirar do IPE sete milhões de reais e pouco para transferir a outro órgão do Estado.

O Sr. Paulo Maia - Me concede um aparte? (Assentimento).

Deputado Zuk, como funcionário público eu não poderia deixar de me solidarizar com o pronunciamento de V.Exa. - a quem parabeno, porque, de fato, a saúde do funcionário público ela serviu sempre de palanque para as campanhas políticas. Nós temos registrado na Casa, temos documentos comprobatórios onde o ex-Governador Álvaro Dias reconhece uma dívida de mais de 400 milhões de dólares para com o IPE. Dívida esta que o Estado jamais se preocupou em pagar.

Quando questionado o Estado alega que ele e o Tesouro do Estado são os responsáveis pelas dívidas e pelos ônus de pensões e outras despesas mais do Instituto.

Só que o funcionário público, o servidor público pagou religiosamente a sua contribuição. Isto foi para algum lugar.

Isto tem que ser esclarecido.

Um outro fato recente e que nós protestamos nesta Casa foi quando da criação do Fundo de Previdência.

Nós tivemos informação e passou também por esta Casa uma arrecadação de mais de 50 milhões de dólares que depois foi revertida pelo Tesouro do Estado.

É lamentável que se veja uma matéria desta natureza num momento em que o funcionário público está de chapéu na mão.

Você vai à farmácia do IPE é uma vergonha. A maioria das farmácias construídas e criadas no Governo José Richa deixaram de existir.

Do Governo passado para este o IPE foi ao caos, foi à falência, e isto tem que ficar registrado. Alguma coisa tem que ser feita e Vossa Excelência coloca com bastante probidade.

A mudança vai acontecer e precisa acontecer porque o mínimo que um funcionário público merece é o respeito.

Hoje nesse sistema SUS o funcionário público que contribui religiosamente para o IPE, contribuía com 8%, passaram para 10 porque diziam que 2% seria destinado à saúde, esse funcionário público, sem desmerecer os que estão nas filas do SUS, também devem ir às filas do SUS porque o IPE está cambaleando.

Agora, se vem com uma proposta de tirar esse valor das costas do funcionário público?

Isto é uma vergonha. Isto não pode acontecer. Nós temos certeza que se o Governador Mário Pereira assinou esse pedido, com certeza houve desinformação sobre o que está se passando.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, voltando a dizer que lhe parabênizo pela iniciativa.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Nós é que agradecemos, Deputado Paulo Maia.

É empenho novamente o nosso pedido para que esta Casa se o Líder não retirar a Mensagem que realmente é contra a família do Paraná, e, principalmente a família do servidor público deste Estado, aonde abrange todas as categorias, tenho a certeza que a maioria desta Casa vai rejeitar e aqueles que votarem favoravelmente que sejam identificados à população que já não tem recursos e ainda tiram esse recurso que é o fundamental da saúde do servidor.

E a resposta será dada. Estamos aí a vinte e poucos dias da eleição. O servidor público já está consciente do que vai fazer nas próximas eleições. Vai votar na mudança. Vai votar pelo atendimento na saúde e por um novo Paraná. E os Senhores Deputados que quiserem continuar assentados nessas cadeiras terão na sua votação aqui identificada neste Plenário a razão pela qual ou votam contra o servidor, contra a família do Paraná, ou votam no Governo que está findando e que não vai retornar jamais.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não há oradores inscritos no Pequeno e nem

no Grande Expediente.

Horário das Lideranças:

Todas Declinam.

A pedido do Deputado Toti Colaço, registramos a presença neste Plenário do Senhor Nelson Teodoro Veinker, Prefeito de Imbituva.

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 36 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício n° 694/94, G.P., de autoria do Senhor Presidente do Tribunal de Justiça, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e de função gratificada dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário. **A Diretoria Legislativa para os devidos fins).**

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei n° 308/94, constante na Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente, solicitando inversão da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de votação, acima aprovado:

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 308/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 103/94, que objetiva reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, na forma das tabelas que integram, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares ativos e inativos e os salários do pessoal contratado nos termos da Lei n° 9.198, de 18 de janeiro de 1990, da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n° de 03 (três), de autoria de diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 01,
AO PROJETO DE LEI N° 308/94

Art. 1º - Para a carreira que trata a Lei nº 9.422, de 05/11/90, aplique-se, a partir de 01/09/1994, 04 (quatro) parcelas de 25% (vinte e cinco) por cento de aumento, tomando por base a tabela de vencimento da carreira de Procuradores do Estado, respeitado o dispositivo no inciso V do § 2º, do Art. 125 da Constituição do Estado do Paraná, de forma que a isonomia entre as carreiras esteja implantada até dezembro de 1994, e, ao cargo de Secretário de Estado, fixar, também, a partir de 01/09/1994, a remuneração mensal, em R\$ 1.470,16 (hum mil, quatrocentos e setenta reais e dezesseis centavos), sendo R\$ 624,81 (seiscentos e vinte e quatro reais e oitenta e um centavos) de vencimentos básicos e R\$ 845,35 (oitocentos e quarenta cinco reais e trinta e cinco centavos) de gratificação especial pelo exercício do cargo.

Sala das Sessões, em 13.09.94.

(aa) COSTENARO NETO

JOÃO PREIS

PAULO MAIA

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir a injustiça praticada contra os integrantes da carreira de que trata a mencionada lei, tendo em vista o que já decidiu o Supremo Tribunal Federal e na mesma linha, o Tribunal de Justiça do Paraná, todos unânimes em afirmar, juridicamente, da legalidade e da constitucionalidade dos atos praticados por esta Casa Legislativa, em relação a tais servidores.

Por outro lado, o redutor suprimido na emenda anterior, afetará, consideravelmente o Tesouro, motivo pelo qual o reescreverá nesta emenda.

Pelo princípio constitucional da legalidade, deve a presente emenda ser aprovada.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02,
AO PROJETO DE LEI Nº 308/94

Artigo Único - Suprima-se o Art. 5º do referido Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 13.09.94.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI

GERALDO CARTÁRIO

NELSON GARCIA

ARLINDO TROIAN

JOÃO IENSEN

OVIDIO CONSTANTINO

ERONDY SILVÉRIO

ÉLIO RUSCH

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 03,
AO PROJETO DE LEI Nº 308/94

Inclua-se após o art. 7º do projeto em epígrafe, oriundo da Mensagem nº 103/94, o seguinte artigo:

Art. 8º - Fica revogada a anotação de advertência na ficha funcional dos servidores do DER, da Imprensa Oficial e Secretaria Estadual de Agricultura, que participaram de um dia de paralisação em 26 de novembro de 1991, e tiveram descontados 4 (quatro) dias a título de advertência, além da anotação funcional.

Sala das Sessões, em 13.09.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Ernani Pudell, Luiz Carlos Martins, Ovídio Constantino, Paulo Maia e Luiz Carlos Zuk.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa corrigir a ilegalidade e inconstitucionalidade, praticada contra os Servidores Públicos Estaduais. O Executivo aplicou tripla penalidade para o que considerou um delito.

Pelo exercício de um direito constitucional assegurado pelo art. 90 da Magna Carta Federal, os servidores fizeram greve de um dia para protestar por melhores condições de vida e trabalho e tampouco houve abuso de direito por parte do funcionalismo.

Todavia, o Executivo descontou 4 dias de trabalho de cada servidor grevista, além das anotações de ficha funcional.

Afora o fato arbitrário e abusivo do desconto, que a emenda não propõe restituir, a proposição apenas se atém a revogação da anotação de advertência, por ser de direito e de justiça.

Tendo em vista que teremos logo a seguir uma Sessão Extraordinária transferimos a votação deste projeto para a Sessão Extraordinária para que os Senhores Deputados possam tomar conhecimento das Emendas apresentadas que serão relatadas em Comissão Geral de Plenário.

Esta Presidência determina a publicação das Emendas em avulso, e o projeto retorna em Sessão Extraordinária, logo a seguir, em 2ª Discussão, quando o Plenário irá apreciar as Emendas.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em função de ter sido aprovado requerimento, de nossa autoria pedindo Regime de Urgência para a lei que institui o Conselho Estadual de Saúde, pedimos a Vossa Excelência que inclua no período da Sessão Extraordinária o referido projeto, já com o anexo.

Não podemos permitir que o Governo do Estado continue perdendo verbas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Doutor Rosinha, esta Presidência já determinou à assessoria que faça a busca do

projeto para que possamos incluí-lo na Sessão Extraordinária.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

Atendendo à inversão de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia:

ITEM 12

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 322/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que reajusta, a partir de 1° de setembro de 1994, o vencimento básico do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 322/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O nível de vencimento do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica reajustado, a partir de 1° de setembro de 1994, em 12% (doze por cento).

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1°, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 322/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, os vencimentos do cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 322/94

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por

objetivo reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, os vencimentos do cargo do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Estado.

A presente proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável da mesma, assim sendo esta Comissão de Finanças opina pela aprovação da matéria em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

ITEM 11

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 321/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que reajusta, a partir de 1° de setembro de 1994, os níveis de vencimentos do cargo isolado de consultor técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 321/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ficam reajustados, a partir de 1° de setembro de 1994, em 12% (doze por cento), na forma das tabelas que constituem o Anexo Único desta lei.

Art. 2° - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete e a Gratificação de que trata o Decreto n° 2.966, de 24 de julho de 1980, ficam reajustados, a partir de 1° de setembro de 1994, em 12% (doze por cento).

Art. 3° - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 0,90 (noventa centavos) e o valor da Gratificação da Produtividade em R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos), a partir de 1° de setembro de 1994.

Art. 4° - As despesas decorrentes desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 5° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos nos arts. 1° a 3°, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

ANEXO UNICO

Tabelas de vencimentos, do cargo isolado de Consultor Técnico, dos cargos efetivos, dos cargos em comissão e funções gratificadas, dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a vigorar a partir de setembro de 1994

MES: SETEMBRO/1994

TABELA I - CARGOS EFETIVOS

NÍVEL	REFERÊNCIAS			
	I	II	III	IV
1	410,29	414,52	418,75	422,98
2	296,79	299,86	302,92	305,97
3	284,56	287,62	290,67	293,73
4	272,32	275,37	278,43	281,49
5	260,08	263,13	266,20	269,26
6	247,83	250,90	253,96	257,02
7	235,60	238,66	241,72	244,78
8	223,36	226,42	229,48	232,53
9	211,12	214,18	217,24	220,30
10	198,88	201,95	205,00	208,06
11	186,65	189,71	192,76	195,82

TABELA II - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "DAS"

SÍMBOLO DAS-1	355,45
SÍMBOLO DAS-2	313,72
SÍMBOLO DAS-3	292,39
SÍMBOLO DAS-4	250,01
SÍMBOLO DAS-5	228,66

TABELA III - CARGOS EM COMISSÃO SIMBOLOGIA "C"

SÍMBOLO 1-C	147,56
SÍMBOLO 2-C	136,28
SÍMBOLO 3-C	125,80

TABELA IV - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO 1-F	8,96
SÍMBOLO 2-F	7,61
SÍMBOLO 3-F	6,71
SÍMBOLO 4-F	5,38
SÍMBOLO 5-F	4,92
SÍMBOLO 6-F	4,00
SÍMBOLO 7-F	3,13

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 321/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, os vencimentos do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 321/94

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, os vencimentos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

A presente proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável da mesma, assim sendo esta Comissão de Finanças opina pela aprovação da matéria em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 320/94, de autoria da Procuradoria-Geral de Justiça, que reajusta, a partir de 1° de setembro de 1994, o vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

PROJETO DE LEI N° 320/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O vencimento básico mensal do Procurador-Geral de Justiça é fixado, a partir de 1° de setembro de 1994, em R\$ 1.275,13 (mil, duzentos e setenta e cinco reais e treze centavos), já incorporados nesse valor aqueles percebidos a partir de 1° de junho de 1993.

Art. 2° - A partir da data da vigência desta lei, fica assegurada ao Procurador-Geral de Justiça a revisão de seus vencimentos nos mesmos percentuais e nas mesmas datas dos reajustes gerais dos servidores

públicos estaduais.

Art. 3° - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir das datas previstas no artigo primeiro.

Art. 5° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 320/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Procurador Geral de Justiça, tem por objetivo reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, os vencimentos do cargo de Procurador Geral da Justiça.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 320/94

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Ministério Público do Estado, tem por objetivo reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, os vencimentos do cargo de Procurador-Geral de Justiça.

A presente proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável da mesma. Assim sendo, esta Comissão de Finanças opina pela aprovação da matéria em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 318/94, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que reajusta, a partir de 1° de setembro de 1994, o vencimento básico do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F..

PROJETO DE LEI N° 318/94
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O vencimento básico mensal do Desembargador é fixado, a partir de 1º de setembro de 1994, em R\$ 1.275,13 (hum mil e duzentos e setenta e cinco reais e treze centavos), já incorporados nesse valor aqueles percebidos a partir de 1º de junho de 1993.

Art. 2º - A partir da data da vigência desta Lei, fica assegurada ao Desembargador a revisão de seus vencimentos nos mesmos percentuais e nas mesmas datas dos reajustes gerais dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir das datas previstas no artigo primeiro.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.94.

(a) TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 318/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, tem por objetivo reajustar, a partir de 1º de setembro de 1994, os vencimentos do cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 318/94

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar, a partir de 1º de setembro de 1994, os vencimentos do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

A presente proposição já foi analisada pela dita Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável da mes-

ma. Assim sendo, esta Comissão de Finanças opina pela aprovação da matéria em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 317/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que reajusta, a partir de 1º de setembro de 1994, o vencimento básico do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

PROJETO DE LEI Nº 317/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O vencimento básico mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fica fixado, a partir de 1º de setembro de 1994, em R\$ 1.275,13 (hum mil, duzentos e setenta e cinco reais e treze centavos), já incorporado nesse aqueles percebidos a partir de 1º de junho de 1993.

Art. 2º - A partir da data da vigência desta Lei, fica assegurada ao Conselheiro, a revisão de seus vencimentos nos mesmos percentuais e nas mesmas datas dos reajustes gerais dos servidores públicos estaduais.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1º, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 317/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo reajustar, a partir de 1º de setembro de 1994, os vencimentos básicos do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 317/94

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, os vencimentos dos Conselheiros daquele Tribunal de Contas.

A presente proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável da mesma, assim sendo esta Comissão de Finanças opina pela aprovação da matéria em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 316/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que reajusta os níveis de vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a partir de 1° de setembro de 1994. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

PROJETO DE LEI N° 316/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ativos e inativos, ficam reajustados, a partir de 1° de setembro de 1994, em 12% (doze por cento).

Art. 2° - As despesas decorrentes da presente Lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Tribunal de Contas.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no artigo 1°, mantidas as demais disposições da Lei n° 10.092, de 05 de outubro de 1992, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 316/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, os vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Analisando sob o aspecto legal,

constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 316/94

P A R E C E R:

O projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, os vencimentos dos membros do Corpo Especial e da Procuradoria do Tribunal de Contas do Estado.

A presente proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável da mesma, assim sendo esta Comissão de Finanças opina pela aprovação da matéria em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

Sobre os referidos projetos, requerimentos de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando a retirada dos Projetos de Lei n°s 316, 317, 318 e 320/94 da Ordem do Dia, por 03 (três) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) sessões os Projetos de Lei n°s 316, 317, 318 e 320/94.

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 319/94, de autoria do Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta, a partir de 1° de setembro de 1994, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral de Justiça. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 319/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça ficam reajustados, a partir de 1° de setembro de 1994, em 12% (doze por cento), na forma das Tabelas que constituem o Anexo Único desta Lei.

Art. 2° - Os valores das Gratificações

de Representação de Gabinete ficam reajustados, a partir de 1º de setembro de 1994, em 12% (doze por cento).

Art. 3º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica reajustado para R\$ 0,90 (noventa centavos de real).

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica reajustado para R\$ 6,50 (seis reais e cinquenta centavos).

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 1994, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.09.94

(a) PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ANEXO UNICO

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA TABELA I TABELA DE VENCIMENTOS												
VIGENCIA: SETEMBRO DE 1994A.....B.....C.....D.....E.....F.....G.....H.....I.....J.....K.....L.....
....1....	556,18	578,43	601,57	625,63	650,65	676,68	703,75	731,90	761,17	791,62	823,28	
....2....	505,53	525,75	546,78	568,65	591,40	615,06	639,66	665,25	691,85	719,53	748,31	
....3....	459,49	477,87	496,99	516,87	537,54	559,85	581,41	604,66	628,85	654,00	680,16	
....4....	417,64	434,35	451,72	469,79	488,58	508,13	528,45	549,59	571,57	594,44	618,21	
....5....	366,42	377,07	388,16	399,68	411,67	424,14	437,10	450,59	464,61	479,20	494,36	
....6....	318,98	327,73	336,84	346,32	356,17	366,42	377,07	388,16	399,68	411,67	424,14	
....7....	279,98	287,18	294,67	302,46	310,55	318,98	327,73	336,84	346,32	356,17	366,42	
....8....	247,93	253,85	260,00	266,40	273,06	279,98	287,18	294,67	302,46	310,55	318,98	
....9....	220,18	228,99	238,15	247,67	257,58	267,88	278,60	289,74	301,33	313,38	325,92	
....10....	190,97	198,21	205,74	213,57	221,71	229,18	236,99	245,15	253,67	262,58	271,88	
....11....	168,75	174,70	180,88	187,32	194,01	200,97	208,21	215,74	223,57	231,71	240,18	
....12....	142,26	147,15	152,23	157,52	163,02	168,75	174,70	180,88	187,32	194,01	200,97	
....13....	121,97	126,25	130,82	135,69	140,88	146,39	152,23	158,44	164,93	171,70	178,88	
....14....	109,56	113,55	117,77	122,24	126,97	131,97	137,25	142,82	148,69	154,88	161,39	
....15....	97,93	101,85	106,06	110,58	115,41	120,56	125,93	131,53	137,38	143,50	149,88	
....16....	86,04	89,88	94,00	98,42	103,15	108,20	113,58	119,29	125,34	131,75	138,52	

ANEXO UNICO	
MINISTERIO PUBLICO DO PARANA PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA TABELA II	
CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO	VIG: 09/94
A - CARGOS DE DIRECAO E ACESSORAMENTO SUPERIOR	
SINCRONIZADO 1-1	355,40
SINCRONIZADO 2-2	297,38
SINCRONIZADO 3-3	228,66
B - CARGOS EM COMISSAO	
SINCRONIZADO 1-1	147,56
SINCRONIZADO 2-2	123,88
SINCRONIZADO 3-3	83,28
C - GRATIFICACAO DO MINISTERIO PUBLICO	
SINCRONIZADO 1-1	8,90
SINCRONIZADO 2-2	7,41
SINCRONIZADO 3-3	6,71
SINCRONIZADO 4-4	5,86
SINCRONIZADO 5-5	4,92

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 319/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, tem por objetivo reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do quadro de pessoal da Procuradoria Geral da Justiça.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 319/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Ministério Público do Estado do Paraná, tem por objetivo reajustar, a partir de 1° de setembro de 1994, os vencimentos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça.

A presente matéria já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável da mesma, assim sendo esta Comissão de Finanças opina pela aprovação da matéria em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

ITEM 04

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 304/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário e Esportivo São Sebastião, com sede e foro no Município de Turvo. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 260/94 de autoria do Deputado Orlando Pesutti, que cria programa na Rádio e Televisão Educativa destinado às entidades organizadas de trabalhadores. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Adotando o mesmo procedimento da Sessão de ontem, esta Presidência coloca em votação o item n° 01.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 061/94, Veto Parcial ao Projeto de Lei n° 123/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 034/94, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 1995. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

Solicito ao Sr. 1° Secretário que proceda à chamada dos Srs. Deputados, lembrando que para derrubada do Veto serão necessários 28 votos com a cédula NÃO. Votando NÃO, derruba o Veto, votando SIM, mantém o Veto.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente, deve chegar às suas mãos, daqui a alguns instantes, um requerimento retirando por quatro sessões a discussão do item 01 da pauta. Gostaria que Vossa Excelência acatasse em suas mãos o requerimento e o colocasse em votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Infelizmente, está indeferida a questão de ordem, porque o processo está na fase de votação.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Não entrou ainda, Deputado Anibal, por isso eu pediria que colocasse em discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O processo de discussão encerrou-se na Sessão de ontem. O projeto na fase de votação não pode ser retirado.

O SR. PAULO MAIA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Senhor Presidente e Senhores Deputados, temos agora para votação o item n° 01, que é discussão única ao veto parcial da LDO 94. Como não temos quórum em Plenário, e há proposta de convocação no período extraordinário, queremos sugerir que tanto o item n° 01 quanto o item n° 02 fossem jogados para as sessões extraordinárias, visto que, votando este item n° 01, nós inviabilizamos a continuidade dessas sessões em função de não termos em Plenário vinte e oito Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa lamenta também indeferir a questão de ordem de Vossa Excelência, porque só através do processo de votação é que se verificará se há número para votação ou não.

Segue-se o processo de votação.

Com a palavra o Senhor 1° Secretário,

Toti Colaço, para proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. TOTI COLAÇO - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados, para a votação do item n° 01).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram vinte e nove Senhores Deputados. Designo uma comissão formada pelos Deputados Arlindo Troian, Ernani Pudell e João Iensen para constituírem a comissão escrutinadora.

Votaram 29 Senhores Deputados.

13 com a cédula "SIM".

13 com a cédula "NÃO".

03 em branco.

Está mantido o veto.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 001/92, de autoria dos Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, que autoriza a realização do plebiscito no Distrito de Tamarana, a ser desmembrado do Município de Londrina, e com limites e confrontações conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J..

Em votação.

O SR. PAULO MAIA - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Paulo Maia requer verificação de votação. Não foi feita a votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1° SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados). Responderam à chamada 28 Senhores Deputados.

O SR. PAULO MAIA - Peço recurso de votação, Senhor Presidente, porque não há 28 Deputados em Plenário, porque quando votamos a primeira proposta de veto, tínhamos 29. Temos uma ausência de mais de 27 Senhores Deputados na Casa. Peço recurso de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Primeira Secretária, através do Deputado Toti Colaço, informa a presença de 28 Senhores Deputados.

O SR. PAULO MAIA - Faço recurso de votação, Senhor Presidente. Não confere. O Deputado Rosinha não respondeu, o Deputado Luiz Carlos Zuk não respondeu, o Deputado Luiz Carlos Martins não respondeu, o Depu-

tado Ernani Pudell não respondeu. Por isso não há imposição. Acho que a questão é democrática.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Toti Colaço) - Vamos conferir. Vossa Excelência falou que quem não respondeu? Anuncie, faça o favor.

O SR. PAULO MAIA - Deputado Ernani Pudell não respondeu, Deputado Rosinha não respondeu...

O SR. 1° SECRETÁRIO (Toti Colaço) - Calma, vamos achar aqui, calma lá, agora vamos ter paciência. Ernani Pudell está em falta aqui. Qual o outro?

O SR. PAULO MAIA - Deputado Rosinha não respondeu.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Toti Colaço) - Não, tinha mais um.

O SR. PAULO MAIA - Deputado Luiz Carlos Zuk não respondeu. Deputado Luiz Carlos Martins não respondeu.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Toti Colaço) - Luiz Carlos Zuk respondeu.

O SR. PAULO MAIA - Luiz Carlos Zuk não respondeu.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Toti Colaço) - Respondeu... Está aqui marcado que respondeu. E o Dr. Rosinha estava ao lado da Presidência...

(Discussões paralelas)

Eu não entendo fazer uma chamada nominal...

(Discussões paralelas)

O SR. PAULO MAIA - Considerou-se ausente.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Toti Colaço) - Não. De forma nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita que não haja discussão entre o Plenário e a 1ª Secretária.

A Mesa consulta o 1° Secretário: qual foi o resultado da chamada nominal?

O SR. 1° SECRETÁRIO (Toti Colaço) - O resultado que está apontado aqui, Senhor Presidente, são vinte e oito Senhores Deputados, incluindo o Dr. Rosinha.

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e oito Senhores Deputados responderam

à chamada. Há quórum para deliberação.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Faço recurso de votação, porque isto representa uma imposição e democracia não se faz com imposição. Democracia são direitos iguais. Então faço recurso de votação e requeiro verificação de quórum novamente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Paulo Maia, não existe esse dispositivo regimental quanto a recurso de verificação de chamada nominal. O Deputado Toti Colaço fez duas chamadas nominais, os Deputados responderam, o Dr. Rosinha que Vossa Excelência diz que não respondeu estava aqui ao lado...

(Vozes paralelas)

O SR. PAULO MAIA - O Dr. Rosinha considerou-se ausente, Excelência.

Então não há quórum para deliberar sobre isto.

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vamos proceder à verificação de votação. Os Senhores Deputados que são contrários ao Projeto de Resolução nº 001/92 queiram levantar-se.

(Pausa)

Cinco Senhores Deputados são contrários. Está aprovado o projeto.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Já foi procedida.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Vossa Excelência requereu os contrários. Vamos requerer o número dos favoráveis e ver se no Plenário há quórum.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Paulo Maia, vinte e oito Senhores Deputados responderam a chamada...

O SR. PAULO MAIA - Vossa Excelência requereu que os contrários se posicionassem. Peço a Vossa Excelência que faça o mesmo com os favoráveis. Quero que Vossa Excelência faça o mesmo com os favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vinte e três Senhores Deputados votaram a favor.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2151, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2145, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, com apoio dos Senhores Deputados Élio Rusch, Heinz Herwig e Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2152, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 308, 319, 321 e 322/94.

1.^a DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei nºs 323, 231, 295, 314 e 221/94.

Levanta-se a sessão.